

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**CONCURSO PÚBLICO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – 2026**

**Nível Médio: NM67 (Benjamin Constant)**  
**TÉCNICO EM CONTABILIDADE**

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Tempo de realização da prova: 4 (quatro) horas

**Leia com atenção as instruções**

Você receberá do Aplicador de Sala:

- ✓ Um Caderno de Questões contendo 45 (quarenta e cinco) questões objetivas, sendo 10 (dez) de Língua Portuguesa, 10 (dez) de Legislação e 25 (vinte e cinco) de Conhecimentos Específicos do Cargo.
- ✓ Decorridos cerca de 15min do início da prova, terá início a entrega do CARTÃO-RESPOSTA personalizado. É de sua inteira responsabilidade certificar-se de que seu nome corresponde ao que está impresso no CARTÃO-RESPOSTA. Assine-o assim que recebê-lo do Aplicador de Sala.
- ✓ Transcreva suas respostas para o CARTÃO-RESPOSTA preenchendo todo o círculo. Após o preenchimento, não será possível fazer qualquer alteração no CARTÃO-RESPOSTA, pois, se assim o fizer, a questão será considerada nula.
- ✓ Não rasure, não amasse, não dobre e/ou rasgue o CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica fabricada em material transparente e de tinta na cor **preta** para assinalar suas respostas no CARTÃO-RESPOSTA.

Assinale assim: ●

- ✓ Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova. Faça-a com tranquilidade e controle o seu tempo pelo MARCADOR DE TEMPO afixado no Quadro à sua frente. Esse tempo inclui as respostas assinaladas no CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Somente depois de decorridos 90 (noventa) minutos do início das provas, você poderá retirar-se da sala de prova, entregando, OBRIGATORIAMENTE, ao Aplicador de Sala, o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Verifique se assinou o CARTÃO-RESPOSTA antes de entregá-lo ao Aplicador de Sala.
- ✓ Somente será permitido a você levar o Caderno de Questões, quando estiverem faltando 30 (trinta minutos) para o término da prova.
- ✓ É terminantemente vedado copiar suas respostas assinaladas no CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Os 3 (três) últimos candidatos só poderão deixar a sala SIMULTANEAMENTE e deverão assinar a Ata de Sala de Prova juntamente com a equipe de fiscalização do Centro de Aplicação.
- ✓ Os Aplicadores de Sala não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir sobre a alternativa a ser assinalada.

**NOME:** \_\_\_\_\_

**CIDADE DA PROVA:** \_\_\_\_\_ **LOCAL DA PROVA:** \_\_\_\_\_



**LÍNGUA PORTUGUESA**

01. Observe as charges a seguir, que apresentam a menina Mafalda, criação do cartunista argentino Quino (1932-2020):

**Charge 1**



**Charge 2**



Sobre as charges, podemos afirmar que:

- I. Mafalda apresenta contradição entre a postura política que demonstra na primeira charge e a que demonstra na segunda.
- II. A segunda charge é uma crítica às pessoas que apenas fingem não ser racistas, mas na verdade o são.
- III. A primeira charge expressa a decepção que a política causa em inúmeras pessoas, inclusive na menina Mafalda.
- IV. Outra ideia subjacente à segunda charge é a de que as mães não devem dar bonecos negros às filhas, para evitar a repulsa das amigas.
- V. Mafalda, sendo muito madura para a sua idade, é um artifício que seu criador (Quino) utiliza para criticar os problemas sociais.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas I, IV e V são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas II, III e V são verdadeiras.

Leia o texto a seguir, início da crônica “O homem trocado”, de Luís Fernando Veríssimo (1936-2025), antes de responder às questões **02** e **03**, que a ele se referem:

O homem acorda da anestesia e olha em volta. Ainda está na sala de recuperação. Há uma enfermeira do seu lado. Ele pergunta se foi tudo bem.

- Tudo perfeito – diz a enfermeira, sorrindo.
- Eu estava com medo desta operação...
- Por quê? Não havia risco nenhum.

– Comigo, sempre há risco. Minha vida tem sido uma série de enganos... E conta que os enganos começaram com seu nascimento.

Houve uma troca de bebês no berçário e ele foi criado até os dez anos por um casal de orientais, que nunca entenderam o fato de terem um filho claro com olhos redondos. Descoberto o erro, ele fora viver com seus verdadeiros pais. Ou com sua verdadeira mãe, pois

o pai abandonara a mulher depois que esta não soubera explicar o nascimento de um bebê chinês.

- E o meu nome? Outro engano.
- Seu nome não é Lírio?
- Era para ser Lauro. Se enganaram no cartório e...

Os enganos se sucediam.

Na escola, vivia recebendo castigo pelo que não fazia. Fizera o vestibular com sucesso, mas não conseguira entrar na universidade. O computador se enganara, seu nome não apareceu na lista.

Disponível em: <https://www.culturagenial.com/cronicas-engracadas-de-luis-fernando-verissimo-comentadas/>  
Acesso em 22/06/2025

02. Leia as afirmativas a seguir, feitas sobre aspectos linguísticos do texto:

- I. Apresentam dígrafo, dentre outras, as seguintes palavras: “enfermeira”, “nenhum”, “consequira” e “olhos”.
- II. Apresentam encontro consonantal imperfeito, dentre outras, as seguintes palavras: “computador”, “descoberto”, “berçário” e “vestibular”.
- III. A expressão interrogativa “Por quê” poderia ser empregada sem o acento circunflexo, pois ela já traz implícito o significado de “por qual motivo”.
- IV. Apresentam ditongo, dentre outras, as seguintes palavras: “bem”, “entenderam” e “berçário”.
- V. Em “Lírio”, “série” e “cartório”, a acentuação gráfica acontece em virtude de as palavras serem paroxítonas terminadas em ditongo.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I, III e V são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas I, IV e V são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas II, III e V são verdadeiras.

03. Assinale a alternativa que se refere de modo **CORRETO** a aspecto morfológico ou sintático que o texto apresenta:

- a) Em “Houve uma troca de bebês no berçário”, o núcleo do sujeito é “troca”.
- b) O “se”, em “Ele pergunta se foi tudo bem”, é uma partícula expletiva ou de realce.
- c) O verbo “ir”, em “ele fora viver com seus verdadeiros pais”, deveria estar empregado no pretérito perfeito do indicativo.
- d) O vocábulo “que”, em “que nunca entenderam o fato de terem um filho claro”, exerce a função de sujeito.
- e) São advérbios, dentre outras, as seguintes palavras: “nunca”, “não”, “comigo” e “ainda”.

04. Assinale a alternativa que apresenta frase cujo predicado é verbo-nominal:

- a) O artista subiu os degraus do palco seguro e feliz.
- b) Ficou tudo debaixo dos escombros após o desabamento.
- c) O assaltante parecia muito nervoso.
- d) Frequentes são também, nesta região, os terrenos baldios.
- e) Os terrenos dos invasores vão ser tomados.

**05.** Leia as frases a seguir, atentando para a pontuação que apresentam:

- I. João Carlos trabalha, e o filho Alex estuda.
- II. É um “ótimo leitor” de poesia: não entende nada.
- III. Com a nova lei, os funcionários públicos e, principalmente os federais, receberam um reajuste aceitável.
- IV. Madalena costuma dizer: eu só como sanduíches de “mortandela”, pois são os melhores.
- V. Em nossa cidade natal, a segurança dos habitantes (oxalá isso venha a mudar um dia!) continua precária.

Quanto à pontuação, podemos afirmar que:

- a) Somente as frases I, II, e III estão corretas.
- b) Somente as frases I, II, IV e V estão corretas.
- c) Somente as frases I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as frases II, III e V estão corretas.
- e) Somente as frases II, III, IV e V estão corretas.

**06.** Leia as frases a seguir, atentando para a correção quanto ao emprego dos vocábulos que as constituem:

- I. Espero que haja espaços bastantes para guardar tantos livros!
- II. Não aja irrefletidamente, porque você pode se dar mal.
- III. Não tenho medo de viajar de navio nem tampouco de avião.
- IV. Temos tão pouco tempo para apresentar o relatório!
- V. A intervenção dele foi a mais estúpida possível – e eu não sei o porquê.
- VI. Vou mais meus colegas de curso ouvir a palestra de abertura do semestre.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as frases I, II, IV e VI estão corretas.
- b) Somente as frases I, III, IV e V estão corretas.
- c) Somente as frases II, III, V e VI estão corretas.
- d) Somente as frases II, IV e V estão corretas.
- e) Todas as frases estão corretas.

**07.** Leia o texto a seguir, intitulado “Furto de flor”, cujo autor é o poeta Carlos Drummond de Andrade (1902-1987):

Furtei uma flor daquele jardim. O porteiro do edifício cochilava e eu furtei a flor. Trouxe-a para casa e coloquei-a no copo com água. Logo senti que ela não estava feliz. O copo destina-se a beber, e flor não é para ser bebida.

Passei-a para o vaso, e notei que ela me agradecia, revelando melhor sua delicada composição. Quantas novidades há numa flor, se a contemplarmos bem. Sendo autor do furto, eu assumira a obrigação de conservá-la. Renovei a água do vaso, mas a flor empalidecia. Temi por sua vida. Não adiantava restituí-la ao jardim. Nem apelar para o médico das flores. Eu a furtara, eu a via morrer.

Já murcha, e com a cor particular da morte, peguei-a docemente e fui depositá-la no jardim onde desabrochava. O porteiro estava atento e repreendeu-me:

– Que ideia a sua, vir jogar lixo de sua casa neste jardim!

Sobre aspecto linguístico do texto, podemos afirmar que:

- a) no trecho “O copo destina-se a beber, e flor não é para ser bebida”, o emprego da vírgula não tem qualquer justificativa sintática e só é admissível em virtude da ênfase dada pelo autor a dois fenômenos diferentes.
- b) no trecho “eu assumira a obrigação de conservá-la”, a parte final poderia, sem prejuízo do entendimento e sem qualquer atentado à norma padrão da língua, ser substituída por “conservar ela”.
- c) o texto, em sua totalidade, possui uma recomendação moral, à maneira das fábulas: a de que não se deve roubar, ainda que com boas intenções e mesmo que seja um objeto insignificante como uma flor.
- d) no trecho “Eu a furtara, eu a via morrer”, o verbo “furtar” está conjugado no mais-que-perfeito do indicativo, em virtude de expressar uma ação praticada num passado anterior ao que está expresso pelo verbo “ver”.
- e) no trecho “Quantas novidades há numa flor, se a contemplarmos bem”, o vocábulo “se”, por se referir a um momento de observação, é uma conjunção subordinada temporal.

**08.** No Manual de Redação da Presidência da República, capítulo III, que trata dos “Elementos de Ortografia e Gramática”, há várias recomendações sobre o uso e o não uso do hífen, recomendações coincidentes com o estabelecido pela norma padrão do idioma. Levando em conta o que se lê nesse manual, assinale a alternativa em que o emprego do hífen **NÃO** está correto:

- a) A Advocacia-Geral-da-União cuida dos interesses jurídicos do Governo Federal.
- b) A primeira circum-navegação da Terra foi realizada por Fernão de Magalhães.
- c) Emitir papel-moeda será desnecessário no futuro, devido ao PIX e aos cartões.
- d) Quem nasce em Natal ou Mossoró é um rio-grandense-do-norte.
- e) Radicado na capital mineira, Mauro hoje se considera um belo-horizontino.

**09.** No capítulo 12, item 12.2, o Manual de Redação da Presidência da República trata das “Expressões a evitar e expressões de uso recomendável”. Tendo por base as recomendações ali contidas, leia as afirmativas a seguir:

- I. Envio anexas as planilhas solicitadas por essa chefia.
- II. Face à ameaça anual das enchentes, os ribeirinhos começam a vir para Manaus.
- III. Os membros do Conselho se reuniram e os mesmos decidiram mudar o currículo.
- IV. Participei do seminário onde essa questão foi extensamente debatida.
- V. Ele gosta muito de Paris, cidade onde viveu por dez anos.

São recomendadas pelo Manual:

- a) Somente as expressões das afirmativas I, II e IV.
- b) Somente as expressões das afirmativas I, III e V.
- c) Somente as expressões das afirmativas I e V.
- d) Somente as expressões das afirmativas II e III.
- e) Somente as expressões das afirmativas II, IV e V.

10. Leia o poema “Língua-Mar”, do cearense Adriano Espínola (1952):

- 1 A língua em que navego, marinheiro,  
na proa das vogais e consoantes,  
é a que me chega em ondas incessantes  
à praia deste poema aventureiro.
- 5 É a língua portuguesa, a que primeiro  
transpôs o abismo e as dores velejantes,  
no mistério das águas mais distantes,  
e que agora me banha por inteiro.
- 9 Língua de sol, espuma e maresia,  
que a nau dos sonhadores-navegantes  
atravessa a caminho dos instantes,
- 12 cruzando o Bojador de cada dia.  
Ó língua-mar, viajando em todos nós!  
No teu sal, singra, errante, a minha voz.

Leia as afirmativas a seguir, feitas sobre o poema:

- I. A primeira estrofe (linhas ou versos 1 a 4) é composta por três orações, sendo que a oração principal tem como sujeito “a língua”.
- II. A outra oração, que começa no primeiro verso, é uma subordinada adjetiva restritiva.
- III. Na linha 13, a expressão “língua-mar” exerce a função de sujeito.
- IV. O entusiasmo do poeta pela língua portuguesa faz com que ele a considere acima das outras.
- V. Na última linha, o verbo “singrar” é sinônimo de “navegar”.
- VI. A presença do mar – em termos como “espuma”, “nau”, “navegantes”, “sal” – é uma referência à exploração portuguesa de novas terras.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II, III e V são verdadeiras.  
b) Somente as afirmativas I, II, V e VI são verdadeiras.  
c) Somente as afirmativas I, III IV e V são verdadeiras.  
d) Somente as afirmativas II, IV e VI são verdadeiras.  
e) Somente as afirmativas III, IV e VI são verdadeiras.

### LEGISLAÇÃO

11. Com base na Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, a investidura em cargo público ocorrerá com a:

- a) entrada em exercício.  
b) homologação do concurso público.  
c) nomeação.  
d) posse.  
e) publicação do ato de provimento.

12. São proibições ao servidor público, estabelecidas na Lei nº 8.112/1990, **EXCETO**:

- a) aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro.  
b) atualizar seus dados cadastrais anualmente.  
c) atuar como procurador junto a repartições públicas para tratar de benefícios previdenciários de parentes até o segundo grau e de cônjuge ou companheiro.  
d) proceder de forma desidiosa.  
e) valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função.

13. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o servidor público poderá obter licença para tratar de interesses particulares. Sobre essa licença, é **CORRETO** afirmar que ela será concedida:

- a) apenas para servidores que ainda estão em estágio probatório.  
b) com o pagamento integral da remuneração.  
c) por um período obrigatório de 10 anos.  
d) sempre com o pagamento de metade do salário.  
e) sem remuneração e por um período de até 3 anos consecutivos.

14. A Lei nº 8.112/1990 estabelece que o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício é de:

- a) 7 (sete) dias.  
b) 10 (dez) dias.  
c) 15 (quinze) dias.  
d) 30 (trinta) dias.  
e) 45 (quarenta e cinco) dias.

15. Nos termos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171/1994, é vedado ao servidor público:

- a) comunicar aos superiores todo e qualquer ato contrário ao interesse público.  
b) ter respeito à hierarquia, porém sem temor de denunciar erro de superior.  
c) usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa.  
d) tratar o público com zelo e presteza.  
e) zelar pela economia e conservação do patrimônio público.

16. No que se refere aos deveres fundamentais previstos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171/1994, o servidor deve ser assíduo e frequente ao serviço, sob a premissa ética de que:

- a) a assiduidade é facultativa, desde que as tarefas sejam entregues.  
b) a ausência causa apenas prejuízo financeiro ao Estado.  
c) a pontualidade é exigida apenas para cargos de chefia.  
d) o atraso é permitido se houver compensação no mesmo dia.  
e) sua ausência injustificada provoca danos ao trabalho ordenado, provoca danos ao trabalho, refletindo negativamente em todo o sistema.

17. Nos termos da Lei 8.429/1992 e as alterações introduzidas pela Lei 14.230/2021, constitui ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública:

- a) agir culposamente para causar perda patrimonial ao Estado.  
b) facilitar a incorporação de verba pública ao patrimônio de particular.  
c) nomear cônjuge ou parente em linha reta até o terceiro grau para cargo em comissão ou função de confiança.  
d) perceber vantagem econômica para facilitar a aquisição de bens por preço superior ao de mercado.

- e) permitir que particular utilize veículos da administração pública sem autorização.
18. Nos termos da Lei 8.429/1992 e suas alterações trazidas pela Lei 14.230/2021, o sucessor ou herdeiro daquele que causar danos ao erário ou se enriquecer ilícitamente estão sujeitos:
- à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
  - a nenhuma sanção, pois a responsabilidade é personalíssima.
  - à perda do cargo público que o herdeiro venha a ocupar por mérito próprio.
  - ao pagamento integral da multa civil, independentemente do valor recebido como herança.
  - às mesmas penas de suspensão de direitos políticos do falecido.
19. Nos termos da Lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, a mudança de nível de capacitação, no mesmo nível de classificação, decorrente da obtenção de certificação em programa de capacitação compatível com o cargo, denomina-se:
- aceleração de carreira.
  - progressão por capacitação profissional.
  - progressão por mérito profissional.
  - promoção por antiguidade.
  - reenquadramento funcional.
20. De acordo com a Lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, é **INCORRETO** afirmar que:
- o plano de carreira é o conjunto de cargos de mesma hierarquia, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.
  - a gestão dos cargos do Plano de Carreira observará a natureza do processo educativo, função social e objetivos do Sistema Federal de Ensino.
  - a mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento não acarretará mudança de nível de classificação.
  - cabará à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, a variável de modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
  - o desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO**

21. Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF88), a lei que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada é a:
- que institui as Diretrizes Orçamentárias (LDO).
  - de Responsabilidade Fiscal (LRF).
  - que institui o Plano Plurianual (PPA).
  - Orçamentária Anual (LOA)
  - que institui o Código Tributário Nacional (CTN).
22. No contexto da Lei Orçamentária Anual (LOA), podemos afirmar que os itens que devem compô-la são o:
- Orçamento de Desempenho Tributário, o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social.
  - Orçamento de Investimento das empresas da União, o Orçamento de Desempenho Tributário e o Orçamento da Sustentabilidade Empresarial.
  - Orçamento Participativo Ambiental, o Orçamento de investimento das empresas da União e o Orçamento da Seguridade Social.
  - Orçamento de Investimento das empresas da União, o Orçamento Fiscal e o Orçamento Participativo Ambiental.
  - Orçamento de Investimento das empresas da União, o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social.
23. Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF88), podemos afirmar que \_\_\_\_\_ compreende as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- Assinale a alternativa que preenche, **CORRETAMENTE**, a lacuna do texto:
- a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
  - a Lei Orçamentária Anual (LOA)
  - o Plano Plurianual (PPA)
  - a Lei da Reforma Tributária (LRT)
  - a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)
24. Conforme a Lei nº 4.320/1964, na categoria econômica, **NÃO** se classifica(m) como receita orçamentária de capital:
- o *superavit* do Orçamento Corrente.
  - os recursos da conversão, em espécie, de bens e direitos.
  - os recursos provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
  - os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.
  - os recursos provenientes de contribuições de melhoria.

25. A Lei nº 4.320/1964 classificou a receita pública orçamentária em duas categorias econômicas: Receitas Correntes (RCO) e Receitas de Capital (RCA). Nesse contexto, avalie os itens a seguir, classificando-os como RCO ou RCA:

- ( ) Receita Patrimonial.
- ( ) Receita Agropecuária.
- ( ) Amortização de Empréstimos.
- ( ) Receita Industrial.

As classificações dos itens avaliados são, respectivamente,

- a) RCO – RCA – RCO – RCO
- b) RCA – RCO – RCA – RCO
- c) RCO – RCO – RCA – RCO
- d) RCA – RCO – RCA – RCA
- e) RCO – RCA – RCO – RCA

26. Conforme a Lei 4.320/1964, é um ato administrativo que o Poder Executivo utiliza – visando identificar e individualizar o contribuinte ou o devedor e os respectivos valores, espécies e vencimentos, no contexto dos estágios da receita orçamentária – o(a):

- a) ARRECADAÇÃO.
- b) LANÇAMENTO.
- c) PREVISÃO.
- d) PROVISÃO.
- e) RECOLHIMENTO.

27. Conforme a Lei 4.320/1964, no contexto dos estágios da receita orçamentária, o que define o estágio de RECOLHIMENTO da receita orçamentária é o(a):

- a) ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
- b) previsão de arrecadação da receita orçamentária constante da Lei Orçamentária Anual (LOA), resultante de metodologias de projeção usualmente adotadas, observadas as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- c) entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.
- d) planejamento e a estimativa da arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária.
- e) transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa.

28. Conforme a Lei 4.320/1964, na categoria econômica, **NÃO** se classifica(m) como despesa orçamentária corrente o(s):

- a) custeio e manutenção das atividades.
- b) investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.
- c) material de consumo, serviços de terceiros, diárias e passagens.
- d) pagamentos de juros de dívidas contraídas.

e) vencimentos, salários e contribuições patronais.

29. A Lei nº 4.320/64 classificou a despesa pública orçamentária em duas categorias econômicas: Despesas Correntes (DCO) e Despesas de Capital (DCA). Nesse contexto, avalie os itens a seguir, classificando-os como DCO ou DCA:

- ( ) Serviços em Regime de Programação Especial.
- ( ) Equipamentos e Instalações.
- ( ) Constituição de Fundos Rotativos.
- ( ) Contribuições de Previdência Social.

As classificações dos itens avaliados são, respectivamente,

- a) DCO – DCA – DCO – DCA
- b) DCO – DCA – DCO – DCO
- c) DCA – DCO – DCA – DCO
- d) DCA – DCA – DCA – DCO
- e) DCA – DCO – DCA – DCA

30. Conforme o Manual de Despesa Nacional da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), **NÃO** se classifica(m) como despesa extraorçamentária:

- a) a devolução dos valores de terceiros (cauções/depósitos).
- b) o pagamento das operações de crédito por antecipação de receita (ARO).
- c) os Serviços em Regime de Programação Especial.
- d) os pagamentos de Salário-Família, Salário-Maternidade e Auxílio-Natalidade.
- e) o recolhimento de Consignações/Retenções.

31. Conforme a Lei 4.320/1964, é um ato emanado de autoridade competente e que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, no contexto dos estágios da despesa orçamentária, o(a):

- a) EMPENHO.
- b) FIXAÇÃO.
- c) LICITAÇÃO.
- d) LIQUIDAÇÃO.
- e) PAGAMENTO.

32. Conforme a Lei 4.320/1964, no contexto dos estágios da despesa orçamentária, define o estágio de **FIXAÇÃO** da receita orçamentária:

- a) a adoção de medidas em direção a uma situação idealizada, referindo-se aos limites de gastos, tendo em vista os recursos disponíveis, e observando as diretrizes e prioridades traçadas pelo governo.
- b) a entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.
- c) a reserva de dotação orçamentária para um fim específico.
- d) a verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

- e) um conjunto de procedimentos administrativos que objetivam adquirir materiais, contratar obras e serviços, alienar ou ceder bens a terceiros, bem como fazer concessões de serviços públicos com as melhores condições para o Estado, observando os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e de outros que lhe são correlatos.
33. No processo de aprimoramento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), foram atribuídas competências a um órgão central para a eficiência na administração dos recursos públicos, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Portaria MF nº 184/2008 e Decreto nº 6.976/2009. Essas competências possibilitam que o referido órgão edite normativos, manuais, instruções de procedimentos contábeis e plano de contas de âmbito nacional, objetivando a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas. No contexto da CASP, o órgão que recebeu tais competências foi o(a):
- Banco Central do Brasil (BCB).
  - Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
  - Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
  - Conselho Monetário Nacional (CMN).
  - Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
34. O Patrimônio Público pode sofrer variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD). A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012. Nesse contexto, **NÃO** é uma das partes que compõe o Balanço Patrimonial da CASP o:
- Quadro das Contas de Compensação (controle).
  - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.
  - Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.
  - Quadro dos Ativos e Passivos Socioambientais.
  - Quadro Principal.
35. O Plano de Contas é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada, bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários. O Plano de Contas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (PCASP) representa uma das maiores conquistas da contabilidade aplicada ao setor público. Nesse contexto, **NÃO** é considerado como um dos objetivos do PCASP:
- contribuir para a transparência da gestão fiscal e para o controle social.
  - demonstrar a capacidade de o serviço público gerar valor à sociedade de forma sustentável.
- c) distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.
- d) padronizar os registros contábeis das entidades do setor público.
- e) permitir a consolidação nacional das contas públicas.
36. As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público e que afetam o resultado. Nesse contexto, avalie os itens trazidos a seguir, classificando-os como VPA ou VPD:
- Diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo.
  - Surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.
  - Extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior.
  - Quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro.
- As classificações dos itens avaliados são, respectivamente,
- VPD – VPA – VPA – VPA
  - VPA – VPD – VPA – VPA
  - VPD – VPD – VPA – VPD
  - VPA – VPA – VPD – VPD
  - VPD – VPD – VPD – VPA
37. No Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), há definições referentes à avaliação e mensuração de ativos e passivos do setor público. Nesse contexto, o que representa a perda de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços de ativo superior ao reconhecimento sistemático da redução dos benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços do ativo devido à depreciação é o(a):
- AVALIAÇÃO PATRIMONIAL.
  - MENSURAÇÃO.
  - REAVALIAÇÃO.
  - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL.
  - VALOR DE AQUISIÇÃO.
38. No Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), há definições referentes à avaliação e mensuração de ativos e passivos do setor público. Nesse contexto, aquele que representa o valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado é o:
- VALOR BRUTO CONTÁBIL.
  - VALOR JUSTO (*fair value*).
  - VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL.
  - VALOR REALIZÁVEL LÍQUIDO.
  - VALOR RECUPERÁVEL.

39. As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. Nesse contexto, o item que demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte, é o(a):
- BALANÇO FINANCEIRO.
  - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.
  - BALANÇO PATRIMONIAL.
  - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.
  - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.
40. As principais demonstrações contábeis das entidades, definidas no campo de aplicação da Contabilidade do Setor Público, são referenciadas na Lei nº 4.320/1964. Nesse contexto, o item que evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício é o(a):
- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.
  - BALANÇO PATRIMONIAL.
  - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.
  - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.
  - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.
41. A Constituição Federal de 1988 (CF88) estabelece a observância do processo de licitação pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Nesse contexto, e considerando as fases da licitação, a fase em que a administração avalia e classifica as propostas, verificando conformidade técnica, conformidade com o edital e exequibilidade dos preços é o(a) de:
- JULGAMENTO.
  - HABILITAÇÃO.
  - HOMOLOGAÇÃO.
  - PREPARATÓRIA.
  - RECURSAL.
42. As modalidades de licitação, segundo a nova Lei nº 14.133/2021, são os procedimentos adotados pela administração pública para contratar bens e serviços, focando na natureza do objeto em vez do valor. Nesse contexto, e considerando as modalidades de licitação, a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, é o(a):
- CONCORRÊNCIA.
  - CONCURSO.
  - DIÁLOGO COMPETITIVO.
  - LEILÃO.
  - PREGÃO.
43. O instrumento de contrato é obrigatório no processo de licitação, salvo em hipóteses previstas na Lei 14.133/2021, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil. Nesse contexto, **NÃO** representa um instrumento hábil para substituição do contrato a:
- AUTORIZAÇÃO DE COMPRA.
  - AVALIAÇÃO DA LICITAÇÃO.
  - CARTA-CONTRATO.
  - NOTA DE EMPENHO DE DESPESA.
  - ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO.
44. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com foco em melhorar controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal, criou um sistema computacional, que foi implantado em 1987, tornando-se, desde então, importante instrumento para o acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e contábil da administração pública Federal. Nesse contexto, a sigla que identifica o sistema desenvolvido em questão é:
- SIPEC.
  - SIOP.
  - REDESIM.
  - SIAFI.
  - SISREG.
45. A Conta Única do Tesouro Nacional constitui o principal instrumento de centralização financeira do Governo Federal, unificando os recursos de caixa do Tesouro Nacional, autarquias, fundações e demais entidades controladas pela União. Nesse contexto, o item que é utilizado, para recolhimento de todas as receitas, depósitos e devoluções para órgãos, fundos, autarquias, fundações e demais entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, excetuadas as receitas administradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) é o(a):
- DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS (DARF).
  - GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (GPS).
  - GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO (GRU).
  - DOCUMENTO DE RECEITAS DE ESTADOS E/OU MUNICÍPIOS (DAR).
  - GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS E DE INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (GFIP).







REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO  
COMPEC/UFAM